

ESPECIALISTAS AVALIAM 2004

Professores e pesquisadores do Cepea/ESALQ avaliam os rumos da economia brasileira, política comercial externa e os seus impactos no setor hortifrutícola

Todos os especialistas apostam: "O pior já passou e a economia está voltando a crescer". Segundo a Febraban (Federação Brasileira das Associações de Banco), os indicadores conjunturais mostram sinais cada vez mais consistentes de que a atividade econômica está em processo de transição entre uma crise e a recuperação. Os fatos positivos são a queda da inflação, diminuição da taxa de juros, o extraordinário desempenho de nossas exportações, alta da bolsa, o dólar estabilizado e o Risco Brasil declinante.

Nesta retomada do crescimento, é importante ter presente que a solução de longo prazo não surge da noite para o dia. De qualquer forma, a favor do país temos uma grande capacidade de desenvolvimento e excelentes condições de prosperidade que podem ser bem aproveitadas.

Os otimismo devem ser traduzidos em investimento no País para que haja uma recuperação do nível de emprego e do salário real. Os investimentos vêm sendo contidos desde 2001, com as sucessivas crises de energia elétrica, das bolsas de valores internacionais, atentados terroristas e eleições em 2002. Já em 2003, o novo governo conseguiu controlar as inseguranças do mercado e fecha o ano com números econômicos muito mais positivos do que se projetava no início do ano. Na virada de 2003 para 2004, as condições macroeconômicas estão mais sólidas para a retomada do crescimento.

E o setor hortifrutícola? Deve acompanhar o crescimento econômico em 2004? Confira as opiniões de especialistas.

Margarete Boteon

Quais são as perspectivas para o setor hortifrutícola?

Esse foi o questionamento da Hortifruti Brasil à pesquisadora do Cepea Margarete Boteon, coordenadora do Projeto Hortifruti e editora desta publicação. Com sua experiência no setor e de olho nas projeções econômicas, a Eng. Agr. faz sua avaliação sobre os hortifrutícolas.*

O ano de 2003 foi difícil para os produtores hortifrutícolas em geral. Os dois vilões da rentabilidade foram a queda do poder aquisitivo do consumidor brasileiro e as adversidades climáticas. De modo geral, a dificuldade de comercialização da maioria dos produtos hortifrutícolas foi resultado da diminuição da renda do consumidor brasileiro em 2003 e, principalmente, em períodos de pico de oferta, como o do tomate no inverno e da batata no segundo semestre. As condições climáticas adversas - bruscas elevações de temperaturas e chuvas em excesso no início de 2003 e a severa estiagem no segundo semestre - também influenciaram na oferta dos produtos. As regiões que comercializam exclusivamente no mercado doméstico foram as mais prejudicadas pela crise econômica e pelo clima. Por outro lado, a fruticultura exportadora comemora mais um recorde em volume e em preço em 2003. O destaque será para a uva, que pode ser a segunda fruta no ranking em receita de exportação neste ano. Contudo, a aceleração nos embarques das frutas preocupa a rentabilidade do setor exportador/produtor, no médio prazo. Esses resultados positivos estão estimulando o plantio acelerado e a comercialização desorganizada da fruta no mercado internacional, podendo gerar excedentes e uma brusca desvalorização do produto no futuro.

Para 2004, temos motivos de sobra para crescer e melhorar a demanda interna. Mas, na minha avaliação, os produtores não estão incorporando as perspectivas de retomada de

crescimento em 2004 para estabelecer suas decisões futuras. O plantio e os investimentos para o próximo ano estão mais embasados no histórico (passado) de preços, principalmente nos valores obtidos em 2003. Produtores com bons resultados em preços estão ampliando área e investimentos. Esse é o caso de alguns produtores de batata na safra das águas, tomate de verão, banana e uva do Nordeste. O contrário também está ocorrendo, isto é, para as culturas com baixos preços em 2003, o produtor está decidido a frear seus investimentos no próximo ano. Os produtores de batata da safra da seca/inverno, tomate de inverno, mamão e de uva para o mercado doméstico declararam que, por enquanto, não têm intenção de ampliar área ou investimentos em 2004.

O setor hortifrutícola tem capacidade e infra-estrutura para atender a qualquer reação da demanda, seja interna ou externa. Mas, por outro lado, sofre em épocas de excedentes de produção. No mercado interno, a retomada do crescimento econômico e a recuperação da renda real dos consumidores deve melhorar as vendas de frutas e hortaliças. Na questão externa, de imediato, um planejamento dos embarques e um controle rígido da qualidade são vitais para evitar problemas futuros de desvalorização dos produtos brasileiros ou medidas protecionistas quanto a problemas fitossanitários. Para resultados de médio a longo prazo, a busca por novos mercados e a promoção das frutas no mercado externo são ações que devem ser intensificadas.

*E-mail: maboteon@esalq.usp.br

Números da economia brasileira em 2003

SINAIS POSITIVOS:

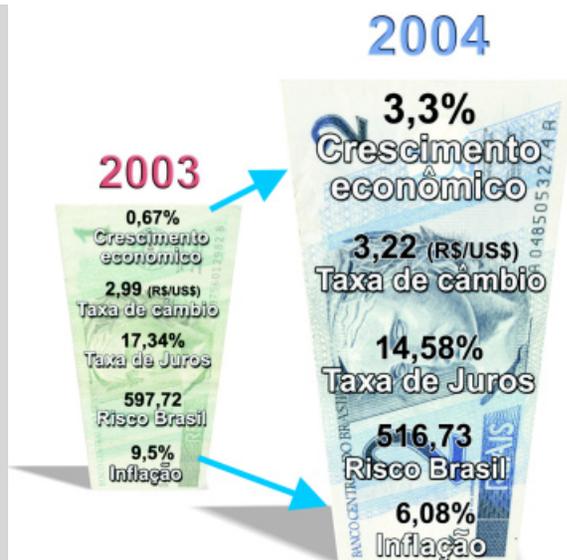
- **TAXA DE JUROS:** a taxa saiu de 25% no início do ano para 17,5% ao ano em novembro. O atual patamar é o mais baixo desde maio de 2001.
- **AGRONEGÓCIO:** o crescimento médio é estimado para 5% em 2003 - 5 vezes maior que a economia em geral.
- **BOVESPA:** o índice encontrava-se próximo dos 11.000 pontos no início de 2003 e, em novembro, ultrapassou 18.000 pontos.
- **SETOR HORTÍCOLA:** avaliação positiva entre janeiro e novembro de 2003, em comparação com o mesmo período em 2002, em termos de preços: banana (37%), uva em Petrolina (19%), Melão no Rio Grande do Norte (12%), Tomate na safra de verão (26%), Cebola no primeiro semestre (8%) e safra das águas de Batata (38%).

SINAIS NEGATIVOS:

- **DESEMPREGO:** foi estimado em torno de 13% em setembro, bem acima do registrado no mesmo mês de 2002 (11,5%).
- **RENDA MÉDIA DO TRABALHADOR:** em setembro, o rendimento médio real das pessoas ocupadas ficou em R\$ 834,20. Há um ano, o rendimento era de R\$ 980,00.
- **VENDAS EM BAIXA NO SUPERMERCADOS:** 5,66% menores, no acumulado de janeiro-setembro de 2003 em comparação com o mesmo período em 2002.
- **SETOR HORTÍCOLA:** avaliação negativa entre janeiro e novembro de 2003, em comparação com o mesmo período em 2002, em termos de preços: batata na safra da seca (-20%), manga em Petrolina (-15%), tomate no inverno (-18%), cebola no segundo semestre (6%) e mamão (-1%).

Fonte: Cepea, IBGE, BOVESPA, BACEN

Sinais de um 2004 bem melhor



Fonte: Pesquisa de Novembro da Febraban.

Crescimento: PIB

Câmbio: valor em dezembro

Taxas de Juros: Selic

Risco Brasil: valor em dezembro.

Inflação: IPCA

Geraldo Sant'Ana de Camargo Barros

A política econômica brasileira pode mudar em 2004?

Esse foi o questionamento da Hortifruti Brasil ao Prof. Geraldo, coordenador científico do Cepea. Com sua vasta experiência na área macroeconômica, o professor avalia as previsões otimistas de retomada de crescimento da economia brasileira e também os seus riscos para 2004.*

A política econômica brasileira está definida para os próximos anos: austeridade fiscal, câmbio flutuante e política monetária ditada pelas metas pré-estabelecidas de inflação. Com a austeridade fiscal busca-se reduzir o tamanho da dívida pública de modo a diminuir as despesas com juros, abrindo possibilidades de aplicações alternativas dos recursos públicos (educação, saúde, segurança, combate à fome etc). A redução da dívida cumpre também o importante papel de reduzir a vulnerabilidade do Brasil aos choques econômicos e políticos externos. O câmbio flutuante tem também a função de evitar a contaminação de nossa economia por choques internacionais: ao invés da fuga de capitais, o que ocorre é a desvalorização cambial, que aumenta a competitividade da economia brasileira, benéfica dentro de certos limites. Enquanto os objetivos fiscais forem cumpridos e não ocorrerem choques externos não-antecipados que levem à desvalorização cambial e à tendência inflacionária, será possível manter a trajetória descendente da taxa de juros, ficando a inflação dentro dos limites estabelecidos. Essa perspectiva tem levado muitos analistas a prever para 2004 um ano de crescimento entre 3% e 4%. Entretanto, dois tipos de eventos podem quebrar essa tendência. Um deles seria de origem interna: as autoridades econômicas atuais perderiam força e a política econômica seria interrompida, comprometendo a austeridade fiscal num ano eleitoral. Assim, uma

bolha de crescimento de curta duração ocorreria. O outro seria o surgimento de uma ou mais crises econômicas ou políticas externas, como as diversas observadas (crises do México, Ásia, Rússia, Argentina) na década passada e que tanto atormentaram o governo anterior. Há atualmente uma abundância de situações (Iraque e arredores, Oriente Médio, o terrorismo de um modo geral) que podem levar a crises e o Brasil ainda continua vulnerável a elas devido ao substancial montante de recursos externos de que ainda depende. Em qualquer desses eventos, a trajetória de queda de juros e recuperação da economia teriam de ser interrompidas tão logo uma forte desvalorização cambial ameaçasse as metas estabelecidas de inflação com reflexos sobre o risco-país e os investimentos nacionais e estrangeiros. Ao Brasil resta, portanto, manter com firmeza a estratégia em vigor, aumentando cada vez mais a credibilidade das autoridades e sua resistência a crises externas. E, é claro, torcer para que os ânimos não se exaltem ainda mais na esfera internacional, contando com que os líderes mundiais consigam evitar o agravamento e a extrapolação das crises para fora de seus atuais limites.



* E-mail: gsbarro@esalq.usp.br

Política externa comercial dos hortifrutícolas em 2003

AVANÇOS:

Brasil já pode exportar **mamão formosa** para os Estados Unidos, o País se destaca como o segundo maior exportador de papaya para os EUA;

O **programa do PIF** e os de certificações internacionais têm se intensificado, cada vez mais, entre os produtores/exportadores de frutas do Brasil.

RETROCESSOS:

A **Espanha decidiu suspender** preventivamente as importações dos citros brasileiros e dos demais exportadores do Mercosul. O governo espanhol alega proteção contra a pinta preta, cancro cítrico e verrugose - doenças ausentes naquele país.

No final de 2003, após intensas reuniões entre o Brasil e os Estados Unidos diminuíram as expectativas de **redução das barreiras tarifárias** norte-americanas sobre o suco de laranja brasileiro.

DESAFIOS:

Os Estados Unidos estão deixando a agricultura fora das negociações da Alca e agora o Brasil tem que se posicionar, cada vez mais, em **acordos bilaterais agressivos** e melhorar suas negociações na OMC. A luta nesta instância não se restringe apenas às barreiras do suco de laranja. O em-

bargo a outras frutas também deve ser avaliado, como o caso da manga, que vem sendo barrada pelo governo japonês há 18 anos.

OPORTUNIDADES:

Importamos US\$ 84 milhões de dólares ao ano de produtos processados provenientes de frutas e hortaliças, principalmente da Argentina. Só de batata pré-congelada compramos do nosso vizinho **US\$ 50 milhões ao ano**. Estímulos internos à produção agroindustrial poderiam gerar lucro e empregos no Brasil.

O Brasil poderá conquistar **novas fatias do mercado** europeu de suco de laranja, caso a Europa barre as importações de suco norte-americanas, compensando o bloqueio imposto pelos EUA ao aço europeu. A UE foi autorizada pela Organização Mundial do Comércio (OMC) a aplicar sanções de **US\$ 2,2 bilhões** por causa das sobretaxas criadas pelos EUA às importações de aço. A grande oportunidade brasileira seria ampliar o suco pronto para o consumo, principal produto de exportação americano para a Europa.

O descarte das frutas deve ser mais bem aproveitado para a fabricação de polpas de frutas. Esse pode ser um novo produto para **ampliar nossa participação** no mercado externo.



Heloisa Lee Burnquist

Quem ganhou e quem perdeu com a Alca?

No Balanço das perdas e ganhos, a Prof. Heloisa, pesquisadora no Cepea e especialista em economia internacional, avalia positivamente a condução das negociações brasileiras na Alca. O principal ponto negativo continuam sendo os subsídios agrícolas.*

Ainda há muito desconhecimento sobre o que pode vir a ser a Alca e os possíveis impactos - positivos ou negativos - que esta terá sobre a economia brasileira. Aparentemente, quanto mais evolui o processo de negociações da Área de Livre Comércio para as Américas, mais polêmicos se tornam os debates sobre a questão. O esforço para unir as economias das Américas em uma única área de livre comércio iniciou-se com a Cúpula das Américas, realizada em dezembro de 1994 em Miami, Estados Unidos. Os Chefes de Estado e de Governo das 34 democracias da região decidiram então criar a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), na qual seriam eliminadas progressivamente as barreiras ao comércio e a investimentos. As negociações da Alca foram oficialmente lançadas em abril de 1998, durante a Segunda Cúpula das Américas, em Santiago, Chile, e as negociações referentes a esse acordo serão concluídas até 2005.

A 8ª Reunião Ministerial, que teve início em setembro deste

ano, em Miami, finalizou com um consenso importante em termos políticos, por evitar o fracasso da Conferência Ministerial de Miami, porém pouco relevante para o avanço das negociações econômicas. Os Estados Unidos fecharam acordo com o Brasil sobre uma área hemisférica denominada por alguns como "light" e, por outros, como "à la carte", ou flexível. Em termos políticos, portanto, o Brasil ganha por prevalecer sua proposta. O apoio dos EUA ao projeto brasileiro não representou, no entanto, uma convergência de intenções, e sim coincidência de interesses para evitar a frustração da Alca. O modelo defendido pelo Brasil permite que cada país tenha liberdade de escolher pontos adicionais (ou seja, em matérias como propriedade intelectual, investimentos, compras governamentais e serviços) conforme sua conveniência. Os Estados Unidos conseguem, no entanto, deixar a discussão sobre os subsídios a seus produtores agrícolas para o âmbito da OMC (Organização Mundial do Comércio).

* E-mail: hlburnqu@esalq.usp.br

Ganharemos com a Alca ou há outras possibilidades de avanço na política externa?

Esse foi o questionamento da Hortifruti Brasil a Prof. Sílvia (smiranda@esalq.usp.br.), pesquisadora colaboradora no Cepea que desenvolve atividades voltadas à economia ambiental e mercado internacional.



Em 2003, cresceram as expectativas de avanços nas negociações multilaterais, mas culminaram em desapontamento nas discussões de Cancún, em setembro último, quando se realizou uma reunião ministerial da atual rodada de negociações multilaterais da OMC. Se, por um lado, o Brasil saiu de Cancún com uma posição política internacional fortalecida em termos de liderança dos países em desenvolvimento, por outro, o resultado não sinaliza ganhos para o comércio no curto prazo em virtude da indefinição da Rodada Doha.

Com a falta de perspectivas na OMC, esperava-se algum avanço nas negociações regionais, particularmente a da ALCA. Para a agricultura, como ficou claro através das decisões em Miami, durante a 8ª Reunião Ministerial (set/03), não há boas perspectivas de avanço no tema de subsídios domésticos, pelo menos neste primeiro momento. Certamente, ao longo de 2004, deve-se ter algum reaquecimento nas discussões de grandes temas, já que 2005 se aproxima como data final para a formação da Alca. De modo geral, não é possível considerar que os resultados obtidos até o momento tanto no âmbito da ALCA quanto da OMC sejam totalmente negativos, já que, além das negociações agrícolas, o setor também é afetado por outros temas, como acordos técnicos e sanitários, de propriedade intelectual e dumping. Portanto, manter as portas abertas à negociação é o mais importante neste momento, já que a continuidade das discussões de outros pontos poderá refletir em melhor estrutura e ambiente para o fortalecimento da própria agricultura.

Também é importante que este momento, pós-Miami e pós-Cancún, sirva para reflexão sobre a intensa revolução tecnológica e empresarial que o setor nacional, principalmente o industrial, precisará vivenciar antes da consolidação da Alca. É preciso aproveitar o tempo restante e fortalecer aqueles setores que ainda não estão preparados para nova uma abertura comercial.

No caso dos hortifrutigranjeiros, as questões sanitárias e técnicas são da maior relevância. Certamente, os avanços em mercados como o do Japão serão difíceis, não só porque as negociações multilaterais (OMC) estão estagnadas, mas também porque é difícil lidar com temas que envolvem saúde do consumidor - como o da segurança do alimento, que estão muito relacionados à adoção de critérios científicos, que podem ser discutidos anos a fio nos órgãos internacionais sem que se chegue a um consenso. Além disso, é comum que as decisões sejam tomadas por razões políticas, mesmo quando aspectos técnicos são aparentemente prioritários, o que poderia evidenciar a presença de barreiras comerciais não-tarifárias.

Também não se pode esquecer que possivelmente, os setores exportadores de frutas, legumes, carnes e outros produtos de origem agropecuária, estão sendo cada vez mais pressionados a mudanças estruturais, que vão onerar a produção. Esses custos adicionais decorrem da profusão legal que se verifica em países desenvolvidos no que tange a temas de saúde pública e seguran-

ça do alimento. Tal é o caso da Lei de Bioterrorismo dos norte-americanos e do Livro Branco da União Européia, ambas estabelecendo mais exigências para produtos comercializados nesses países e, principalmente exigências relacionadas a padrões e qualidade de produtos e a processos de produção.

Portanto, os avanços na área agrícola, em 2004, não dependerão apenas da inserção da agricultura nas negociações na OMC, na Alca ou entre Mercosul e União Européia. O crescimento agrícola depende, sobretudo, de um intenso trabalho de avaliação dessas novas frentes de negociação, que podem vir a intensificar as barreiras técnicas, inclusive ambientais, e sanitárias que já incidem sobre as exportações e que envolvem um trabalho técnico e político permanente - desenvolvido em paralelo às negociações internacionais.

Mas, o ano de 2004 não deverá ser marcado apenas pelo acompanhamento dos fóruns de negociação mencionados. Na União Européia, nossa maior parceira comercial no agronegócio, deverão ocorrer muitas transformações com a entrada dos novos 10 países-membros da Europa Central e Oriental. Essa será uma discussão para 2004: o desafio de manter firmes os laços comerciais existentes, já que, diante desse novo contexto, as relações comerciais desse Bloco com o resto do mundo certamente serão modificadas.

EMPREGO

AGRÔNOMO / TÉCNICO AGRÍCOLA (Especializado em fruticultura)

Empresa atuante há 25 anos no segmento de fruticultura procura profissional para gerenciar pomares de citros, caqui, ameixa, maçã e kiwi, na região de Itapeva (SP)

Requisitos Básicos:

- * **Experiência nesta área.**
- * **Capacidade de gerenciamento.**
- * **Perfil para trabalho em equipe.**
- * **Disposição para residir no local.**

Enviar currículo para : JMS/3P A/C. DIRETORIA
* Rua Cantareira 587 - Cep. 01024-100 * São Paulo - Capital